

■ NACIONAL

Para Britto, dívidas não podem ameaçar o Real

por Maurício Corrêa
de Brasília

O governo federal ganhou, ontem, um importante aliado na tentativa de disciplinar as finanças dos estados. O governador do Rio Grande do Sul, Antônio Britto, disse que as dívidas estaduais não podem ameaçar as bases do Plano Real. Ele afirmou que é contra a moratória, por parte dos governadores, reconheceu que “a dívida pública é uma questão estrutural do País”, mas frisou que só podem ser beneficiados pelo governo federal os governadores que “entrem na dieta”, ou seja, que equacionarem as contas dos seus estados.

Antônio Britto conversou, na parte da tarde, com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e com o secretário executivo, Pedro Parente. Agora, o governador está na expectativa de, até o final deste ano, conseguir refinarçar a dívida de R\$ 6 bilhões contraída pelo governo do



Antônio Britto

Rio Grande do Sul. “Essa dívida foi construída com base em taxas de juro exorbitantes”, afirmou. “Queremos melhores condições para pagar. Temos de discutir os detalhes, como taxas, prazos e o volume das alienações que serão feitas pelo estado”, acrescentou.

O governador gaúcho disse que

conversou pelo telefone com o seu colega do Rio de Janeiro, Marcello Alencar, que, na última sexta-feira, também foi ao Ministério da Fazenda com o objetivo de suspender por 180 dias o pagamento do serviço da dívida do estado. “Marcello Alencar me garantiu que, tanto quanto eu, não tratou de moratória. O calote é uma coisa que pega todo mundo, pois somos, ao mesmo tempo, pagadores e recebedores. O guichê estadual paga, mas, também, recebe”, acrescentou.

Antônio Britto declarou que está “à vontade” para discutir qualquer programa de ajuste com o governo federal, pois é uma tecla na qual já vem batendo desde que assumiu o cargo, há um ano e oito meses. “Cortamos mais de 15% do pessoal, reduzindo em 33 mil o quadro do funcionalismo, de um total de 210 mil. Há três meses completamos o programa de demissões voluntárias, envolvendo 13 mil servi-

dores. Fechamos oito empresas e as agências bancárias deficitárias. As demais empresas controladas pelo governo do estado estão submetidas a contratos de gestão”, explicou o governador, garantindo que o conjunto dessas medidas permitiu uma redução de R\$ 450 milhões no custeio da máquina administrativa.

O governador comentou que, dentro de dois meses, ficará concluída a proposta de fusão do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul), da Caixa estadual e do Banco Meridional, que é controlado pela União. “Só estou curioso para conhecer a argumentação do governo federal, caso não consiga privatizar o Meridional e rejeite a fusão”, disse Britto.

No Ministério da Fazenda, existe a expectativa de que, hoje, será finalmente assinado o acordo entre o governo federal e o governo de Alagoas, para acerto das contas públicas do estado. O secretário ad-

junto da Fazenda, Clênio Franco, passou o dia de ontem na Secretaria do Tesouro Nacional (STN), esperando o sinal verde para o relatório dos auditores federais sobre a situação das contas públicas alagoanas.

Hoje de manhã, o relatório deverá ser submetido à apreciação do ministro Pedro Malan. Se concordar com as projeções elaboradas pela equipe da STN, Malan vai autorizar a liberação imediata

de um empréstimo da Caixa Econômica Federal (CEF). O governo de Alagoas ainda não pagou aos seus funcionários parte do 13º salário do ano passado, parte da folha de abril e a folha integral dos meses de maio, junho, julho e agosto. No total, a dívida com o pessoal soma R\$ 240 milhões, mas, segundo Clênio Franco, a primeira parcela do empréstimo da CEF será de R\$ 65 milhões.